

# Rebeldia camponesa no Brasil: reforma agrária e agroecologia

MÔNICA DIAS MARTINS

**RESUMO:** Os assentamentos Santana (Ceará), Conquista na Fronteira (Santa Catarina), Antonio Conselheiro (Mato Grosso) e as comunidades quilombolas de Oriximiná (Pará) vêm se constituindo, e sendo percebidos, como referências de organização e resistência à agricultura capitalista. Fazendas degradadas e empresas agropecuárias, sob o controle de um único proprietário, hoje garantem a sobrevivência de milhares de pessoas. O artigo oferece pistas metodológicas, resultados da ação coletiva e lições da experiência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reforma agrária. Agroecologia. Movimentos sociais. Resistência. Banco Mundial.



## Peasant rebellion in Brazil: agrarian reform and agroecology

**ABSTRACT:** The settlements of Santana (Ceará), Conquista na Fronteira (Santa Catarina), Antonio Conselheiro (Mato Grosso), and the quilombola communities of Oriximiná (Pará) have emerged and are perceived as models of organization and resistance to capitalist agriculture. Degraded farms and agricultural enterprises, controlled by a single owner, now guarantee the survival of thousands of people. This article offers methodological insights, the results of collective action, and lessons learned from experience.

**KEYWORDS:** Agrarian reform. Agroecology. Social movements. Resistance. World Bank.

---

**MÔNICA DIAS MARTINS**

Coordenadora do Observatório das Nacionalidades e editora de Tensões Mundiais, Professora da UECE.  
E-mail: monica.martins@uece.br

---

RECEBIDO: 10/08/2025

APROVADO: 10/12/2025

## 1 Introdução

Este artigo apresenta resultados da pesquisa “Experiências alternativas de reforma agrária no Brasil” (Martins, 2005), desenvolvida em comunidades quilombolas do Pará e assentamentos da reforma agrária no Ceará, Mato Grosso e Santa Catarina, durante 16 meses, no período compreendido entre julho de 2003 a novembro de 2004.

Sua realização foi assumida coletivamente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O envolvimento dessas entidades garantiu um caráter abrangente à investigação, bem como possibilitou um momento de aprendizado e formação de quadros. Os militantes indicados para compor a equipe participaram de todo processo de pesquisa: definição de objetivos e do conteúdo, elaboração do referencial teórico e dos procedimentos metodológicos, seleção das áreas de estudo, levantamento e interpretação dos dados, redação do relatório e comunicação dos resultados.<sup>1</sup>

A iniciativa da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos em conjunto com a Via Campesina teve como objetivo analisar situações concretas de resistência à agricultura capitalista e à “reforma agrária de mercado” no Brasil, tendo em vista o intercâmbio de experiências bem-sucedidas e a proposição de políticas públicas voltadas para o expressivo e diversificado contingente de famílias trabalhadoras rurais.

A concepção de resistência adotada neste estudo é oriunda da observação de práticas vivenciadas pelas populações rurais em suas lutas cotidianas pela sobrevivência em um contexto desfavorável em termos de estruturas de poder. Militante da Via Campesina e da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), Horácio Martins de Carvalho (2002) desenvolveu e popularizou o

---

1 Aparecido Luiz de Souza, da CPT, Pará; Justina Cima e Zenaide Collet, do MMC, Santa Catarina; Mariel Fernanda Camargo e Wilker Souza Melo, da FEAB, Mato Grosso; Silvana Lúcia da Silva Lima, Cleide da Luz e Celina Moreira Lima, do MST, Ceará.

conceito para descrever comunidades que resistem ao modelo do agronegócio e às políticas neoliberais, superando desafios através do protagonismo e da organização coletiva, a exemplo do MST, do EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional), entre outros movimentos camponeses na América Latina e Caribe (Seoane; Taddei, 2001). Assim, a categoria resistência foi fundamental para organizar a práxis das comunidades estudadas, enquanto ação transformadora da realidade, por meio da qual a prática aprimora a teoria e a teoria informa a prática, tornando os indivíduos agentes de sua própria história.

Esta pesquisa complementa e dá sequência às avaliações dos projetos “Cédula da Terra”, efetuadas na Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo e pela Rede Brasil (Barros, 2001), e “Banco da Terra”, realizadas no Espírito Santo e Rio Grande do Sul (Rede, 2004). Tais avaliações destacaram os impactos negativos dos citados projetos, apesar do esforço dos agricultores que, no entanto, dificilmente conseguem pagar as dívidas contraídas com a compra da propriedade.

O procedimento adotado na presente investigação foi o estudo de caso por permitir uma aproximação com a realidade local em seus múltiplos aspectos: ambientais, econômicos, sociais, culturais e políticos. Foram selecionadas quatro áreas com características diferenciadas e representativas da diversidade de experiências existentes, contemplando questões de gênero, faixa etária e etnia. Estas comunidades estudadas constituem exemplos, em suas respectivas regiões, da possibilidade real de melhores condições de vida e trabalho no campo e da urgência da organização popular em defesa da reforma agrária e da agroecologia como políticas públicas fundamentais para consolidar a democracia no Brasil.

Após mais de 20 anos, as conquistas obtidas pelas famílias quilombolas e assentadas continuam atuais e relevantes face aos reiterados esforços para silenciar a rebeldia camponesa no Brasil. Rebeldia emergente diante da constante disputa territorial e ideológica com o modelo produtivo-tecnológico capitalista e suas variações. Apesar das mudanças de partidos políticos nos governos,

persistem as questões agrárias e ambientais com a negação de um conjunto de medidas reivindicadas pelas lutas sociais.

O artigo é fruto de uma trajetória coletiva de pesquisa, debate e escrita. Espera-se que o esforço de cooperação empreendido venha a contribuir com os movimentos populares do campo e da cidade em suas atividades de contestação e formulação de alternativas transformadoras da sociedade brasileira.

## **2 Procedimentos metodológicos**

A reflexão teórico-metodológica permite conhecer e agir sobre a realidade social, mantendo-a ou modificando-a. Em uma perspectiva dialética, a teoria da sociedade de classes, desenvolvida por Marx, constitui o instrumental mais adequado de que se dispõe para analisar as contradições do processo de produção no capitalismo. Neste sistema, as classes sociais estão em constante enfrentamento, dado seu caráter antagônico. Portanto, os fundamentos da luta de classes encontram-se na estrutura desigual e injusta da sociedade capitalista. No campo, a raiz dos conflitos reside na negação à classe trabalhadora do acesso aos meios de produção pela classe proprietária.

Sem desconhecer a variedade de enfoques teóricos encontrados na literatura acerca da questão agrária no capitalismo, a abordagem metodológica desta pesquisa apoia-se no pressuposto de que a base efetiva do desenvolvimento capitalista na agricultura são as transformações na estrutura das classes sociais, nos conflitos de interesse e nas representações políticas e ideológicas. As experiências alternativas de reforma agrária no Brasil são analisadas nesta perspectiva.

A pesquisa nasceu da necessidade e urgência de identificar, documentar e disseminar as estratégias de luta e organização dos movimentos sociais do campo. Em que medida são afetados pela conjuntura nacional e internacional? Como estão enfrentando os constrangimentos da política neoliberal dominante na agricultura brasileira? Que alternativas propõem, considerando a atual correlação de forças sociais? Quais os passos do processo organizativo e da formação de uma consciência de classe?

Buscando refletir sobre estas perguntas preliminares, as entidades da Via Campesina optaram por fazer um estudo de caso. As quatro áreas selecionadas nos estados do Ceará, Mato Grosso, Pará e Santa Catarina possuem características diferenciadas e são representativas da diversidade de experiências existentes. Tal procedimento permitiu um exame mais detalhado da realidade local e contemplou os seguintes aspectos:

- conservação ambiental,
- sistemas de propriedade e uso da terra,
- organização do processo produtivo,
- progresso técnico,
- formas de cooperação,
- educação e formação,
- juventude e gênero,
- participação na sociedade,
- emprego rural,
- qualidade de vida,
- repercussão no município.

A coordenação da pesquisa promoveu três encontros (29 e 30 de julho de 2003; 12 e 13 de fevereiro de 2004; 2 a 4 de julho de 2004) para capacitar a equipe responsável bem como para definir os passos metodológicos, alternando momentos de estudo e reflexão teórica com momentos de análise da prática desenvolvida no campo. No primeiro destes encontros, o breve relato das experiências evidenciou a importância de aprofundar dois aspectos relevantes em uma investigação de cunho qualitativo: a interação entre pesquisador e pesquisado e a relação subjetividade-objetividade no processo de conhecimento (Bonilla; Castillo; Fals Borda, 1972).

A postura do pesquisador, mesmo aquele habituado a participar do cotidiano das comunidades, deve ser de alguém que busca aprender e não de quem já sabe tudo. Para tanto, é necessário combinar a perspectiva atenta de quem indaga sobre a experiência e busca encontrar pistas e sinais, com a percepção que as pessoas das comunidades manifestam de sua própria vivência em comum. Assim, foi feito um esforço de contrastar informações objetivas e subjetivas sobre a realidade, evitando análises distorcidas, posto que o conhecimento nunca é imparcial, nem neutro.

De modo a obter maior riqueza de dados, a equipe utilizou procedimentos metodológicos complementares: pesquisa documental, entrevistas e observação direta. Estes possibilitaram compreender a prática social dos trabalhadores, sua visão do mundo, as estratégias de resistência e a diversidade de suas propostas.

Na primeira etapa da pesquisa realizou-se um abrangente levantamento, que incluiu: materiais das comunidades, movimentos e entidades (atas, músicas, regimentos, abaixo-assinados, cartilhas, fotos); documentos em prefeituras, bibliotecas e paróquias; artigos da imprensa; estudos acadêmicos e de ONG's; relatórios de órgãos públicos. As informações obtidas ajudaram a contextualizar historicamente a experiência, sua origem, significado e relevância.

O segundo grande passo consistiu na realização de entrevistas com dirigentes das organizações, lideranças informais (agentes de pastoral, parteiras, professores, agentes de saúde...), famílias assentadas bem como personalidades e moradores do município (políticos, comerciantes, padres, técnicos, donas de casa, estudantes, entre outros.). Procurou-se obter uma amostra equilibrada quanto às diferenças de sexo e idade. No Pará e Mato Grosso, os pesquisadores enfrentaram dificuldades adicionais, devido ao tamanho da área, à distância entre as famílias, à precariedade do acesso e à falta de condições para deslocamento. O empenho das lideranças dos assentamentos mostrou-se decisivo para a concretização da pesquisa, particularmente no Ceará e Santa Catarina. No geral, a equipe ressaltou a relação de confiança com as pessoas entrevistadas, apesar de tentativas para influenciar a escolha.

As entrevistas, feitas de modo flexível, seguiram um roteiro de perguntas previamente formulado. Em cada estado, a partir deste roteiro construído conjuntamente, as equipes buscaram desenvolver um questionário semiestruturado, aplicado junto às famílias selecionadas. Em Santa Catarina, onde se constatou que o gravador inibia as pessoas, os depoimentos tiveram que ser registrados à mão. Nos demais estados, as entrevistas foram gravadas e transcritas. As falas dos assentados constituem a principal fonte de informação desta pesquisa. Na medida do possível, os relatórios procuraram preservar o jeito de falar e as expressões próprias de cada local.

A relação das 110 pessoas entrevistadas nas comunidades e respectivos municípios é apresentada a seguir.

**Tabela 1 – Relação de Pessoas Entrevistadas**

<b>ENTREVISTAS</b>	<b>CE</b>	<b>SC</b>	<b>MT</b>	<b>PA</b>	<b>Total</b>
Comunidade	17	22	26	<b>15</b>	<b>80</b>
Lideranças	9	16	9	5	<b>39</b>
Não Lideranças	8	6	17	10	<b>41</b>
Município	6	13	6	<b>5</b>	<b>30</b>
Religiosos		2	1	2	<b>5</b>
Técnicos	2	2	1	2	<b>7</b>
Políticos	1	2	1	1	<b>5</b>
Comunidade	3	7	3		<b>13</b>
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>35</b>	<b>32</b>	<b>20</b>	<b>110</b>

Fonte: relatório de pesquisa direta, 2004.

Concomitantemente às entrevistas, as equipes conviveram com as comunidades pesquisadas, em momentos informais, e fizeram observações sobre o ambiente escolar, o relacionamento familiar, as atitudes e os valores, o comportamento de dirigentes e participantes nas reuniões e assembleias, entre outras situações interessantes que se apresentaram durante o trabalho de campo. Os comentários e impressões, registrados apropriadamente (diário de campo), constituem um material esclarecedor para a interpretação dos dados. A observação direta permitiu conhecer “por dentro” a experiência e não apenas seus resultados mais visíveis.

A fase de organização e análise dos dados exigiu um esforço de reflexão pessoal e do grupo sobre temas como: as mudanças nas práticas produtivas, tecnológicas, culturais e de consumo; a dinâmica das relações entre os movimentos sociais e o governo; as tendências das alianças sociais no campo e do campo com a cidade; entre outros. O estudo de textos que tratam das comunidades de resistência e de superação (Carvalho, 2002, 2005), das condições materiais para desenvolver formas de produção coletiva (Germer, 1994) e da ideologia do Banco Mundial (Martins, 2001) ajudou a identificar aspectos relevantes das experiências

alternativas de reforma agrária que se confrontam com o modelo de agricultura capitalista.

O debate sobre a conjuntura política e os impactos negativos do “Cédula da Terra” e do “Banco da Terra” mostraram a necessidade de desqualificar os programas de “Reforma Agrária de Mercado” do Banco Mundial, implantados em diferentes países, como África do Sul, Brasil, Colômbia, Guatemala, Tailândia e Zimbábue (Barros; Sauer; Schwartzman, 2003). Estes têm servido para capitalizar os latifundiários, que recebem elevadas quantias pela venda de terras de má qualidade com infraestrutura precária e distante dos centros de comercialização.

Os resultados preliminares da pesquisa foram discutidos durante o seminário da Via Campesina sobre as “Políticas do Banco Mundial para a Estrutura Agrária Brasileira e o Plano da Agricultura Camponesa”, de 8 a 12 de fevereiro de 2004, em Brasília. Ao final do evento, seus participantes avaliaram que a apresentação da equipe contribuiu para conhecer experiências bem-sucedidas e sugeriram que fosse reproduzida nos quatro estados objeto da pesquisa. Segundo a própria equipe, a oportunidade serviu para revelar os pontos fortes e fracos do trabalho. Durante o segundo encontro, esta analisou o processo de pesquisa, em termos da aprendizagem e das dificuldades encontradas, bem como os aspectos centrais de porque as experiências são consideradas bem-sucedidas, sobretudo na ótica das próprias famílias. Decidiu-se, então, retornar ao campo para complementação de alguns dados e socialização dos relatórios com as comunidades estudadas.

No último encontro da equipe, em julho de 2004, procedeu-se a revisão dos relatórios estaduais de modo a realçar os distintos contextos e formas de enfrentamento de cada experiência. Tendo em vista a divulgação e possível continuidade da pesquisa, a coordenação apresentou a proposta do relatório final, destacando os elementos encontrados nas experiências que representam uma alternativa às ideias e valores que dão sustentação ao modelo de agricultura capitalista e ao projeto do Banco Mundial, a exemplo do individualismo e do produtivismo.

Cabe enfatizar, ainda, o processo de gestão coletiva da pesquisa (planejamento, organização, direção e controle). A composição

heterogênea do grupo quanto à experiência de vida, formação, idade, gênero e raça não prejudicou o andamento do trabalho; ao contrário, a diversidade enriqueceu a análise. O mesmo pode ser dito da diferença das áreas de estudo: grandes e dispersas no Pará e Mato Grosso; pequenas e concentradas no Ceará e Santa Catarina. Pesquisadores e auxiliares demonstraram grande entusiasmo e responsabilidade no cumprimento de suas tarefas. No entanto, apontaram como problema conciliar a pesquisa com as diversas atividades de trabalho, militância e estudo.

### **3 Retrato do Brasil agrário**

Um traço marcante na formação da sociedade brasileira é o monopólio da posse e uso da terra, usualmente mediante atos de violência (Martins, 1980; Oliveira, 1996). A questão agrária desde a colonização portuguesa sustenta o poder econômico-político-cultural no Brasil, constituindo um sistemático entrave à democracia, desde a Nova República (1985) ao atual governo de Lula (2023).

A concentração fundiária está associada a graves problemas nacionais: a pobreza e a fome, a desigualdade social e regional, a dominação política que desqualifica o trabalhador enquanto cidadão, o êxodo rural, o desemprego e o subemprego, o permanente clima de insegurança, a degradação ambiental, entre outros.

Apesar de reiteradas afirmações das autoridades governamentais sobre a face moderna do Brasil, inclusive do mundo rural, constata-se a persistência do latifúndio. As políticas agrícolas e agrárias, geralmente, beneficiam com isenções e subsídios a grandes proprietários e grupos econômicos dos setores pecuarista, agroindustrial, exportador, financeiro, sejam eles nacionais ou estrangeiros (Medeiros, 2002). O que evidencia as enormes dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora para concretizar a reforma agrária, uma luta que a julgar pelo pensamento dominante estaria ultrapassada (Leal et al, 1986; Silva, 1971, 1997).

As “soluções” do Estado pouco variam: titulação de terras públicas, arrecadação de áreas devolutas, tributação de propriedades improdutivas, regulamentação de contratos agrários e trabalhistas, compra e venda de terras, colonização oficial e privada,

desapropriação por interesse social e assentamento. Limitadas e fortuitas, tais medidas não alteram a dinâmica concentracionista e a correlação de forças políticas, em favor da classe trabalhadora.

Em 1995, uma década após a promulgação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), dos 4.838.183 estabelecimentos rurais existentes no país, 1% era maior de 1.000 há, ocupando 45% da área total; enquanto, os menores de 10 há representavam 50% e detinham apenas 2% da área (IBGE, 1998). Alagoas, Mato Grosso, Maranhão e Piauí destacam-se como áreas de grande desigualdade na distribuição da terra. Dentre as quatro unidades da Federação citadas, Mato Grosso apresenta o maior número de latifúndios acima de 2.000 há.

Nas décadas seguintes, a situação se agravou. O Censo Agropecuário de 2017 revela uma estrutura fundiária com alto grau de concentração: o índice de Gini se manteve, praticamente, inalterado entre 1985 (0,857) e 2006 (0,854), tendo crescido em 2017 (0,867). Nesse ano, os estabelecimentos rurais com menos de 50 hectares representavam 81,4% do total e ocupavam apenas 12,8% da área, mas acolheram 71,7% do pessoal ocupado nas atividades agropecuárias. Já os imóveis rurais com mais de 2 500 hectares representavam 0,3% do total e ocupavam 32,8% da área, mas acolheram menos de 5% do pessoal ocupado nas atividades agropecuárias. (IBGE, 2020).

A rigor, nunca houve uma política de reforma agrária no Brasil. No entanto, os problemas no campo se avolumam: trabalho infantil e escravo, despejos, destruição de bens, desrespeito à legislação trabalhista e previdenciária, questões sindicais e de política agrícola, invasão de reservas indígenas. Os números relativos à última década do século XX são expressivos da violência no meio rural: 7.126 conflitos, 5.642.265 pessoas, 32.236.653 há. (CPT, 2002). De 1985 a 2023, a CPT identificou 50.950 conflitos no campo, ocorridos em mais da metade dos municípios brasileiros, sendo 80% causados por fazendeiros, empresários e grileiros, o chamado pessoal do “agro”, pelos investidores do complexo “hidro-mineiro-carbononegócio” e pelos empreendimentos de energia solar e eólica, (CPT, 2025). Os 20% restantes resultaram de ações de resistência dos movimentos sociais do campo (sem-terra, quilombolas

e indígenas) que se mobilizaram para ocupação de imóveis improdutivos ou retomada de seus territórios.

As lutas continuam árduas e diversificadas, abrangendo ocupações de terra e prédios públicos, acampamentos, bloqueios de rodovias, marchas etc. A ocupação de terra tem sido a estratégia mais eficiente dos movimentos populares no campo para obrigar o Estado brasileiro ao cumprimento do preceito constitucional que instituiu a função social da propriedade da terra. Realizadas em massa e de forma contínua, as ocupações de terra estão na origem do MST e persistem até hoje sendo o principal instrumento de pressão dos que defendem a reforma agrária e se contrapõem aos programas de “mercado de terra” promovidos conjuntamente pelo Banco Mundial e os sucessivos governos federais, desde a experiência-piloto iniciada em 1997, no Ceará.

O número de famílias sem-terra que participam das mobilizações vem crescendo continuamente desde 1988 (CPT, 2002, 2004). No período compreendido entre 1996 e 2000, estiveram envolvidas, em média, 70.000 famílias a cada ano. A partir de 2001 observa-se uma diminuição no quantitativo de participantes, mas não no número de áreas ocupadas. Em 2004, o MST realizou 496 ocupações de terra em todo o país, mobilizando 79.591 famílias; a maior intensidade ocorreu durante o mês conhecido como “abril vermelho”.

A maioria dos assentamentos rurais existentes no Brasil é uma conquista das organizações de trabalhadores sem-terra ou com pouca terra, quer através de ocupações, de lutas reivindicatórias ou de demarcação e titulação de áreas de posse. Neste sentido, pode-se falar da reforma agrária como um movimento real, no qual as classes sociais são as forças vivas que impulsionam este processo contraditório de transformação das estruturas de produção e poder. A reforma agrária, portanto, não se reduz a aspectos meramente formais (políticas e preceitos legais) ou técnico-burocráticos (metas e recursos). Seja ela rotulada de “conservadora” ou “revolucionária”, deve ser considerada no contexto de uma nova proposta, emergindo das mãos e mentes dos milhares de trabalhadores(as) sem-terra, com pouca terra ou com posse precária, acampados e assentados. Em última instância, sua trajetória

depende da correlação de forças políticas e da existência objetiva da luta de classes no campo (Martins, 1994).

Segundo estatísticas do INCRA (1999), o número de famílias assentadas em todo o Brasil, que nos dez primeiros anos de implementação do PNRA (1985-1995) não havia ultrapassado 30.000 famílias/ano, praticamente triplicou no período em que se intensificaram as ocupações de terra. Contestados por entidades, parlamentares, religiosos e estudiosos envolvidos com a questão agrária, estes dados não permitem afirmar que a concentração fundiária esteja diminuindo, haja vista a tendência persistente do êxodo rural, agravada em consequência do processo de modernização capitalista da agricultura brasileira. Para se tornar um negócio lucrativo e competitivo no mercado internacional, o setor agrícola precisa alcançar uma alta produtividade, o que exige vultosos investimentos em máquinas e insumos (sementes transgênicas, fertilizantes e defensivos químicos), a despeito do desemprego no campo, dos danos ambientais e à saúde dos trabalhadores rurais.

No Brasil, o uso crescente de agrotóxicos não deixa dúvidas quanto à matriz tecnológica dominante na agricultura, induzida pelas políticas públicas e pelas empresas multinacionais. O maior volume de vendas destes produtos ocorre nas propriedades rurais dos estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás, onde predominam a monocultura da soja, cana-de-açúcar, algodão, além da produção de carnes para exportação.

#### **4 Caracterização das comunidades pesquisadas**

Os quatro estudos de caso apresentados a seguir – apesar da diferenciação de fatores socioambientais, tempo e origem da comunidade, tamanho da área e número de famílias, contexto produtivo em que estão inseridos – têm em comum o fato de serem experiências bem-sucedidas. As famílias trabalhadoras conquistaram a terra e estão desenvolvendo práticas de cooperação, organizando suas entidades associativas, participando da vida política. Os resultados alcançados são um forte estímulo para o surgimento de outros grupos, a emergência de novos valores culturais e a continuidade de ações solidárias com as lutas populares.

**Quadro 1 - Resumo das experiências**

Experiência	Região	Ano	Família (nº)	Área (há.)	Organiz.	Município/Estado
Assentamento	NE	1986	76	3213	Cooperativa	Monsenhor Tabosa (CE)
Assentamento	SU	1988	60	1198	Cooperativo	Dionísio Cerqueira (SC)
Assentamento	CO	1997	998	37.258	Associações	Tangará da Serra (MT)
Quilombolas	NO	1997	94	80.877	Associação	Oriximiná (PA)

Fonte: relatório de pesquisa direta, 2004.

**NORDESTE: Gestão coletiva no sertão nordestino**

O assentamento Santana, com uma área de 3.213 ha e 76 famílias, localiza-se no sertão dos Inhamuns, no semiárido cearense. A fazenda foi desapropriada em 1986, fruto da mobilização dos seus moradores e de jovens das comunidades próximas, bem como do apoio da CPT e do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Monsenhor Tabosa. A gestão coletiva da terra, do trabalho e da produção é de responsabilidade do conjunto das famílias assentadas. Estas integram os setores produtivos e sociais da Cooperativa de Produção Agropecuária (COPAGUIA), criada em 1990. As principais atividades são a pecuária leiteira, a apicultura, o consórcio de milho e feijão. O assentamento está estruturado em forma de agrovila e dispõe de açudes, estábulos, fábrica de queijo, casa do mel, armazém, bodega comunitária, escola, creche, posto de saúde, estação de tratamento de água, aterro sanitário. Santana é exemplo de luta e organização camponesa para os territórios de reforma agrária da região e do estado. A maior lição está na gestão coletiva do seu espaço e na divisão equitativa dos frutos do trabalho. Para construir uma vida digna no campo, o caminho trilhado por Santana foi a formação política, a construção da identidade *Sem-terra*, a garantia da educação e a cooperação.

### **Imagem 1 – Assentamento Santana/COPAGUIA**



Foto: Silvana Lima, maio/2004.

As conquistas sociais, políticas e econômicas do assentamento beneficiam ao conjunto dos camponeses do município. Dentre as contribuições, cabe destacar: as escolas de ensino fundamental e médio; o posto de saúde; a produção de mel e feijão para o mercado; a presença das mulheres em eventos diversos; a ação sindical e política; o envolvimento da juventude nas campanhas eleitorais; a representação direta na coordenação do MST e da CPT; a participação nas lutas, mobilizações, ocupações e marchas. Em um espaço em que predomina o latifúndio, a seca e o analfabetismo, o assentamento Santana constitui um polo irradiador de novas relações sociais, exercendo um papel relevante na vida econômica e política do município e na formação de quadros para os movimentos sociais do Ceará.

### **SUL: Do latifúndio improdutivo à produção coletiva de alimentos**

O assentamento Conquista na Fronteira, com uma área de 1.198 ha e 60 famílias, localiza-se em Santa Catarina, nas proximidades da fronteira do Brasil com a Argentina. A fazenda Tracutinga foi desapropriada em 1988, por pressão de famílias acampadas e organizadas pelo MST de Santa Catarina. Todas as famílias assentadas participam da Cooperativa de Produção Agropecuária do Oeste (COOPERUNIÃO), a qual possibilitou o surgimento de novas

alternativas econômicas. Como atividades estratégicas destacam-se o leite, a avicultura, a piscicultura, a erva-mate, o reflorestamento e a lavoura de grãos. A organização do assentamento transformou o latifúndio em terra produtiva, incentivando a preservação da biodiversidade, a produção de alimentos, a igualdade de gênero e a geração de renda.

### **Imagem 2 – Assentamento Conquista na Fronteira/COPERUNIÃO**



Foto: Justina Cima, novembro/1999.

Conquista na Fronteira é uma área planejada com base no respeito à natureza, na produção para o consumo interno e para os mercados regionais. A propriedade e o uso da terra são de forma coletiva, o que propiciou às pessoas pensar conjuntamente o rumo de suas vidas. A cooperativa mudou o jeito de ser e de trabalhar dos assentados(as). As mulheres e os jovens participam da produção e recebem o mesmo valor que um homem. A escola é organizada como uma cooperativa-mirim. A experiência coletiva do assentamento contribui para uma vida mais feliz, o que envolve condições materiais, novos valores e relações dignas. Em um espaço dominado pela agroindústria de carnes e empresas fumageiras voltadas para a exportação, o assentamento Conquista na Fronteira desponta como referência de organização e luta tanto por seu projeto de vida, baseado em princípios coletivos, como pela contribuição econômica e política no âmbito municipal, estadual e nacional.

### **CENTRO-OESTE: Construindo novas relações socioambientais**

O assentamento Antonio Conselheiro, com uma área de 37.258 ha e 998 famílias, localiza-se em uma região de fronteira agrícola, no sudoeste do Mato Grosso, entre os municípios de Tangará da Serra, Nova Olímpia e Barra do Bugres. A desapropriação da fazenda Tapirapuã ocorreu em 1997, após um ano de sua ocupação pelo MST. A terra foi dividida em lotes familiares, que variam de 25 a 38 ha. As principais atividades produtivas são o plantio de banana e arroz, a criação de bovinos de leite e de corte, o cultivo de milho, feijão, mandioca, verduras, entre outros. Existem em funcionamento três escolas, sendo que uma delas possui o 2º grau completo. As famílias assentadas dispõem de infraestrutura, tal como luz, água, transporte para os alunos, assistência técnica.

#### **Imagem 3 – Assentamento Antonio Conselheiro/ASSOCIAÇÕES**



Foto: Mariel Camargo, março/1997.

O assentamento está construindo um novo espaço socioambiental em uma área de fronteira, através de práticas como: capacitação em manejo ambiental e agroecologia, conservação de reservas florestais e recursos hídricos, formação de grupos coletivos e agrovilas, produção para a subsistência e os mercados locais e regionais. A educação é uma das bases do fortalecimento e da resistência das famílias assentadas, em conjunto com a mística, a formação política e a capacitação técnica. A implantação nas

escolas da disciplina de técnicas agropecuárias, em uma perspectiva agroecológica, contribui para a melhoria dos fatores sociais e ambientais do assentamento. Em um espaço predominantemente de monocultura de soja e de cana-de-açúcar, o assentamento Antonio Conselheiro se destaca por sua organização em núcleos de famílias, agricultura diversificada, adoção de práticas agroecológicas, comercialização coletiva e contribuição para o abastecimento de gêneros alimentícios das cidades vizinhas.

### **NORTE: Demarcação de terras quilombolas, uma alternativa de reforma agrária**

Arancuan de Baixo, Bacabal e Varre Vento, com um total de 94 famílias, localizam-se no alto do Rio Trombetas, no estado do Pará, região amazônica. Juntamente com as demais comunidades negras, lutaram pela demarcação de suas terras e, com o incentivo da Igreja Católica e o apoio da Comissão Pró-índio, formaram a Associação dos Remanescentes dos Quilombos de Oriximiná (ARQMO). O título coletivo, entregue em 1997, corresponde a uma área comum de 80.877 ha.

#### **Imagem 4 – Comunidades quilombolas de Oriximiná/ARQMO**



Foto: Aparecido de Souza. Março/2005

As principais atividades são o extrativismo da castanha-do-pará, a pesca, o cultivo e beneficiamento da mandioca, entre outras. A Associação trouxe benefícios materiais e sociais, como embarcações, caminhões, armazéns e escolas; favoreceu a autoestima e uma maior consciência da própria cultura negra; inspirou outras entidades semelhantes. A forma participativa do processo de demarcação, a titulação coletiva da terra, a posse de bens comunitários, a formação intelectual das crianças, jovens e adultos, a relação respeitosa com a natureza, o crescimento da autoestima e a consciência da negritude, a melhoria da qualidade de vida com base em projetos próprios da região, o respeito aos quilombolas por parte da população do município são alguns dos motivos pelos quais a experiência é bem-sucedida. É um desafio manter este jeito coletivo de viver, face à tendência de privatização e “desenvolvimentismo”. Os grandes projetos de madeireiras, mineradoras, hidrelétricas, sojeiros etc. podem destruir estas conquistas. Em um espaço de grandes empresas madeireiras, mineradoras e produtoras de soja, a experiência das comunidades quilombolas se destaca pela forma criativa de organização e por sua relação respeitosa com a natureza, tendo conquistado o reconhecimento da população do município.

## **5 Lições Da Experiência**

Esta seção busca sistematizar algumas reflexões, a partir dos principais resultados da pesquisa realizada nos assentamentos rurais de Santana, Conquista na Fronteira e Antonio Conselheiro, e nas comunidades quilombolas de Oriximiná, de modo a:

- Entender como e porque se tornaram referências de organização econômica, política e cultural na disputa com o modelo dominante de agricultura capitalista e os programas de mercado de terras, incentivados pelo Estado brasileiro e pelos organismos internacionais;
- Identificar quais as motivações das pessoas para mudar, já que mudanças de comportamentos e valores guardam vínculos estreitos com transformações estruturais;
- Realçar que tais experiências estão se realizando em uma conjuntura nacional e internacional desfavorável, praticamente sem apoio de políticas públicas;

Mostrar que, apesar de bem-sucedidas, elas esbarram nos limites impostos pelo capitalismo: não alteram as relações de poder entre as classes sociais nem a dinâmica da concentração fundiária, que persiste associada a graves problemas nacionais (degradação ambiental, desemprego, fome, pobreza, desigualdade social, dominação política, insegurança...).

Inicialmente é preciso esclarecer que não se trata de estabelecer critérios para comparar ou classificar experiências, pois cada uma delas é única. Assim, elas são analisadas considerando, por um lado, o seu próprio ritmo de desenvolvimento interno (como era a vida antes da conquista da terra e como é hoje, depois da organização do assentamento), e por outro, a relação com o contexto socioeconômico, político-cultural e ambiental específico em que estão inseridas. Entretanto, todas são experiências bem-sucedidas, isto é, são reconhecidas como tal pela comunidade de assentados e pela sociedade.

As experiências de reforma agrária vão se constituindo, e sendo percebidas, como referências de organização e resistência na medida em que (a) enfrentam com determinação e vigor as inúmeras forças contrárias à concretização da reforma agrária, tal como proposta pelos movimentos camponeses, e (b) buscam construir alternativas possíveis às práticas usuais da agricultura capitalista, o agronegócio (também conhecido por latifúndio, empresa rural, agroindústria etc.). E ainda, têm se firmado como exemplo a ser seguido junto às populações de suas respectivas áreas e municípios, sobretudo, porque há aspectos relevantes em cada uma delas que (c) se confrontam com os valores que dão sustentação ao modelo produtivo-tecnológico dominante e, em consequência, aos programas de compra e venda de terras do Banco Mundial (BM), tais como: o individualismo, a competição e o produtivismo.

Apesar de seus resultados concretos, são afetadas por uma conjuntura nacional e internacional desfavorável, conforme inúmeros estudiosos do tema têm revelado em suas análises sobre os fundamentos e as consequências do projeto neoliberal para a agricultura. Desde o plano de estabilização imposto aos governos nacionais pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional para garantir o pagamento dos encargos da dívida externa e os

acordos com a Organização Mundial do Comércio para liberalização do comércio agrícola, a situação da agricultura vem se alterando com o avanço da ofensiva capitalista no campo.

No Brasil, o modelo de desenvolvimento econômico adotado em meados dos anos oitenta exigiu uma nova forma de agir do Estado, alterando o padrão agrícola, através de várias medidas, dentre elas: a abertura unilateral para o mercado internacional, com importação de alimentos e exportação de produtos agrícolas não-tradicionais, e a reorganização da cadeia produtiva e seu controle pelas agroindústrias. Tais medidas trouxeram constrangimentos para os que vivem da atividade agrícola e colocaram em risco a sobrevivência das pequenas unidades produtoras ou projetos públicos, a exemplo dos perímetros irrigados e assentamentos da reforma agrária, que passaram a ser tratados, sobretudo, com políticas compensatórias. O paradigma de intervenção governamental que se delineou para modernizar, uma vez mais, o campo brasileiro se fundamenta em: introdução de tecnologias, formação de um mercado de terras e apoio às grandes empresas.

O longo, difícil e nunca concluído aprendizado do coletivo, da igualdade e da participação nasce desta disputa desigual; mas sua consolidação deve-se, particularmente, a decisões das famílias acerca de com que objetivos e como utilizar os diferentes espaços naturais e sociais: a terra, a floresta, o rio, a agrovila, a escola, a cooperativa, o sindicato, o partido político, entre outros.

No que pese as dificuldades enfrentadas para obter a terra e organizar as famílias, bem como a permanência de conflitos e problemas, estas têm empreendido um grande esforço para resolvê-los, através do desenvolvimento de suas capacidades e habilidades. Fazendas degradadas, abandonadas, sob o controle de um único proprietário e onde havia alguns poucos empregados, hoje garantem a sobrevivência de centenas de pessoas. A despeito das precárias condições em que recebem as terras, no momento de sua desapropriação ou demarcação, expandem os cultivos e as criações rapidamente, a princípio apenas alimentos para seu próprio consumo.

Demonstram, assim, o quanto a sua força-de-trabalho estava contida pelas relações de produção estabelecidas pelo patrão,

que lhes destinava as piores áreas e, geralmente, proibia o plantio de culturas permanentes e forrageiras, bem como a criação de animais, além de exigir a preferência de compra dos produtos a preços aviltantes. Contrastando com esta situação anterior de descapitalização das famílias, observa-se o crescimento do patrimônio formado por bens individuais e, sobretudo, coletivos.

Nesta disputa territorial e ideológica, as comunidades pesquisadas têm se organizado em torno de elementos concretos e que desafiam, a partir da realidade local, a apropriação privada dos meios de produção, as políticas de modernização agrícola e o projeto neoliberal do Estado brasileiro. Desenvolvem uma estratégia eficiente de mobilização de grandes contingentes e de pressão sobre os latifundiários e o governo: as ocupações massivas e constantes de terra. Apresentam resultados positivos em termos de melhoria da qualidade de vida, comparada com suas condições anteriores e a situação atual de outros segmentos da classe trabalhadora, em especial os assalariados rurais. Realizam um intenso e permanente processo de discussão e ação política visando denunciar o neoliberalismo como um dos principais responsáveis pelos problemas que afligem a maioria da população brasileira.

A cooperação agrícola, as práticas agroecológicas, a diversificação de atividades produtivas, o trabalho fundamentado em princípios coletivos e na posse e uso de bens indivisíveis (terra, máquinas, animais, etc.), bem como as reivindicações por condições materiais objetivas para apoiar a produção e por equipamentos de infraestrutura social comunitária, a exemplo de sistemas de saneamento básico, escolas, creches, postos de saúde constituem procedimentos rotineiros de crianças e velhos, jovens e adultos, homens e mulheres que, organizados em núcleos e setores de entidades associativas, vivenciam estas experiências de reforma agrária. São igualmente apontados, pela maioria das 110 pessoas entrevistadas, como aspectos relevantes o crescimento da autoestima dos assentados, a afirmação da identidade de sem-terra e a valorização da mulher, do negro e do jovem.

Contudo, suas lideranças não costumam alimentar ilusões de que a participação em conselhos para gestão de serviços públicos ou a criação de cooperativas de produção, por si só, seriam

evidências de um processo de socialização ou da possibilidade de experimentos socialistas nos marcos do sistema capitalista.

O novo parece residir na dinâmica de relações sociais estabelecidas entre as famílias assentadas, e destas com a natureza e a sociedade. No sentido de apreender os rumos desta mudança foram identificados traços característicos presentes com variações nos quatro casos estudados:

- Respeito ao meio-ambiente e preservação da biodiversidade;
- Gestão coletiva da terra, do trabalho e da produção;
- Clareza de objetivos, unidade política e visibilidade de ações;
- Direção democrática responsável pelo planejamento, execução e avaliação de atividades estratégicas;
- Diversificação econômica e adoção de novas tecnologias para produzir alimentos e gerar renda;
- Acesso à educação como fator imprescindível para o conhecimento dos direitos, o exercício da cidadania e o engajamento político;
- Estímulo à produção cultural e sua divulgação nas escolas e em veículos alternativos de comunicação;
- Formação de quadros para atuar nos assentamentos e nas várias instâncias da vida social, mediante capacitação técnica e política, mesclando teoria e prática;
- Incentivo à integração de mulheres e jovens, afirmação da igualdade étnica e de gênero;
- Estabelecimento de alianças com sindicatos, movimentos urbanos, igrejas e partidos políticos;
- Contribuição econômica e política no âmbito municipal, estadual e nacional;
- Visão de mundo baseada em valores de solidariedade e cooperação.

Mas, tudo isto ainda não parece o bastante para entender como e porque essas comunidades tornaram-se uma referência de organização e resistência em seu meio, no âmbito municipal, junto aos movimentos populares, nas entidades sindicais, nas instâncias políticas, nos grupos religiosos, nas universidades, nos ambientes artísticos, e até mesmo, em determinadas circunstâncias, com um certo reconhecimento nos círculos empresariais e governamentais.

Talvez, o elemento-chave para compreender a abrangência e o significado das transformações em curso nos assentamentos Santana, Conquista na Fronteira, Antonio Conselheiro, e nas comunidades quilombolas de Oriximiná esteja na definição (embora nem sempre claramente explicitada) do seu objetivo estratégico: a primazia do trabalho sobre o capital.

Conforme os que defendem esta concepção de sociedade é o trabalho e não o capital que assegura direitos sobre a propriedade dos meios de produção e os bens produzidos. Portanto, os donos da terra são os trabalhadores e não quem detém um título legal. Argumentam, ainda, que a propriedade é primordialmente um bem comum, pois a produção de bens resulta da cooperação entre os produtores diretos e dela participam uma pluralidade de atores sociais. A proposta de que a propriedade fundiária fique sob o controle do conjunto dos trabalhadores, não necessariamente sob a forma exclusiva da coletivização, afeta um dos esteios do capitalismo, ou seja, a apropriação privada pelo capital dos resultados do trabalho.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Flávia. **Banco Mundial, participação, transparência e responsabilização**: a experiência brasileira com o Painel de Inspeção. Brasília: Rede Brasil, 2001.

BARROS, Flávia; SAUER, Sérgio, SCHWARTZMAN, Stephan. **Os impactos negativos da política de reforma agrária de mercado do Banco Mundial**. Brasília: Rede Brasil, 2003.

BONILLA, Victor; CASTILLO, Gonzalo; FALS BORDA, Orlando. **Causa popular, ciência popular**. Bogotá: Ediciones de La Rosca, 1972.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Comunidades de resistência e de superação**. Curitiba, 2002. (Mimeo).

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no Século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. São Paulo: Editora Vozes, 2005.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo - Brasil 2002**. Goiânia: CPT, 2002.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo - Brasil 2004**. Goiânia: CPT, 2004.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Atlas dos conflitos no campo brasileiro**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT, 2025.

GERMER, Claus Magno. Formas de produção coletiva. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994, p. 259-284.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 1995-1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do espaço rural brasileiro: Estrutura fundiária**. Brasília: IBGE, 2020.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Atlas Fundiário Brasileiro: Assentamentos rurais 1985-1999**. Brasília: 1999.

LEAL, Laurindo (org.). **Reforma agrária na Nova República: contradições e alternativas**. São Paulo: Cortez/EDUC, 1986

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, Mônica Dias. A ideologia do Banco Mundial. In: MENDONÇA, Maria Luisa; SYDOW, Evanice. **A política destrutiva do Banco Mundial para a reforma agrária**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2001.

MARTINS, Mônica Dias (org.). **Relatório de pesquisa “Experiências alternativas de reforma agrária no Brasil”**. Fortaleza, mar. 2005. (Mimeo).

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Movimentos sociais, disputas políticas e Reforma Agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ; UNRISD, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia das lutas no campo**. Edição revisada e ampliada. São Paulo: Contexto, 1996.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **A armadilha do crédito fundiário do Banco Mundial**. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos: São Paulo, mai. 2004. Disponível em: <<https://social.org.br/documento/a-armadilha-do-cre-dito-fundia-rio-do-banco-mundial/>>; Acesso em 27 jan. 2026.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio (org.). **Resistencias Mundiales** [De Seattle a Porto Alegre]. Buenos Aires: CLACSO, mar. 2001. Disponível em: <<https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/seattle/seattle.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2026.

SILVA, José Gomes da. **A reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SILVA, José Gomes da. **Reforma agrária brasileira na virada do milênio**. Maceió: EDUFAL, 1997.